

A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO EM TURISMO

Sara Massotti Bonin, Suzana Maria de Conto

Turismóloga pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora Assistente na Faculdade Senac Porto Alegre (FSPOA). <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4388995E9>. saramassotti@hotmail.com Engenheira Química pela UCS e Doutora em Educação pela UFSCar. Docente no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, no Mestrado em Turismo e Hospitalidade e no Mestrado Profissional em Engenharia e Ciências Ambientais da UCS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa “Gestão Ambiental no Turismo”. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787091E7>. smcmande@ucs.br.

A INTEGRAÇÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO EM TURISMO Resumo: Considerando-se a relevância de relacionar a dimensão ambiental não somente com práticas do cotidiano, mas, principalmente, com as responsabilidades profissionais, cabe então refletir sobre a formação do turismólogo. Diante disso, surgem questionamentos que merecem ser investigados no sentido de auxiliar a compreensão da relação entre o processo educativo, a formação profissional e as responsabilidades perante o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável do Turismo. Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a inserção da dimensão ambiental na formação do turismólogo, a partir de instrumentos legais instituídos no Brasil. Trata-se de uma pesquisa documental, cujo objeto de estudo é composto por treze documentos oficiais. Para analisar como a dimensão ambiental está integrada nesses referidos documentos, foram elencadas palavras-chave e realizado um processo de busca em cada um dos documentos. Observou-se que a Constituição Federal Brasileira determina a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, assim como estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente e na Política Nacional de Educação Ambiental. Foi possível verificar na Política Nacional de Turismo de 2008 que não há referências evidenciadas com relação ao ensino e às pesquisas científicas. Já no Plano Nacional de Turismo vigente (2013 - 2016) destaca-se a implementação de um programa contínuo de fomento público para o desenvolvimento de pesquisa, inovação e conhecimento pelos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela Capes. Dessa forma, os resultados da referida pesquisa permitiram estabelecer importantes relações entre as políticas de educação, de meio ambiente, de Turismo, de educação ambiental e a produção de conhecimento. Palavras-chave: Turismo; Dimensão Ambiental; Formação Acadêmica; Instrumentos Legais; Pesquisa Documental.

Palavras-chave: Turismo; Dimensão Ambiental; Formação Acadêmica; Instrumentos Legais; Pesquisa Documental.

Referências: Bernardo, M. D. G. (2010). Formação para sustentabilidade na perspectiva socioambiental nos cursos de bacharelado em Turismo. Dissertação de Mestrado, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Bonin, S. M., De Conto, S. M., & Pereira, M. B. (2016). Turismo e educação ambiental: a socialização do conhecimento em periódicos científicos. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 8(2), 177-191. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i2p177> Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Brasil. (2002). Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm Brasil. (1981). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm Brasil. (1999). Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Brasil. (2008). Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm Brasil. (2012a). Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012. Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina seu exercício. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Brasil. (2012b). Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Brasil. (2006b). Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf Cellard, A. (2010). A análise documental. In J. Poupart, Deslauriers, Jean-Pierre, Groulx, Lionel-H., Laperrière, Anne, Mayer, Robert, & Pires, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-316). Petrópolis: Vozes. De Conto, S. M. (2010). *Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica*

e mudanças comportamentais. In S. M. De Conto (Ed.), *Gestão de resíduos em universidades* (pp. 17-32). Caxias do Sul: Educ. Denicol, M. S. G. M. (2013). *A educação ambiental como objeto de estudos nos programas stricto sensu em turismo no Brasil (período 1997- 2011)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. Inep. (2012). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf Inep. (2015). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf Inep. (2014). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de avaliação institucional externa. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf Ministério do Turismo. (2016). Plano Nacional de Turismo 2013 - 2016. http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf Rio Grande do Sul. (2010). Lei nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010. Dá nova redação à Lei n.º 11.730, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, no Estado do Rio Grande do Sul, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.281, de 25 de junho de 2002. Recuperado de http://www.fzb.rs.gov.br/upload/1366827322_Lei13.597.pdf Tauchen, J. A., & Brandli, L. (2006). A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, 13(3), 503-515. Villa Gonzalez, L. T. (2008). *A temática ambiental e os cursos superiores de turismo do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.